



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 14 de fevereiro de 2011

A CRITICA R\$ 50 Bilhões	1
ECONOMIA	
A CRITICA Criação de frente	2
ECONOMIA	
A CRITICA Rodrigo Araújo	3
BEM VIVER	
AMAZONAS EM TEMPO Briga contra 'gente grande'	4
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Briga contra 'gente grande' (continuação)	5
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Zona Franca	6
CAPA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Ações de improbidade contra Flávia Grosso	7
AMAZONAS	
DIÁRIO DO AMAZONAS Setenta projetos podem ficar sem incentivos até fim do ano	8
AMAZONAS	
DIÁRIO DO AMAZONAS Setenta projetos podem ficar sem incentivos até fim do ano (continuação)	9
AMAZONAS	
DIÁRIO DO AMAZONAS Mercado interno leva micros a investirem mais	10
AMAZONAS	

R\$ 50 Bilhões

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, confirmou o corte no orçamento de R\$50 bilhões para 2011. Esse valor estava bloqueado no orçamento de 2010, mas agora é definitivo.

De acordo com o ministro, esse corte não leva o país uma recessão, pois não se trata de um ajuste como era feito no passado. Quando havia um corte dessa natureza, o nível de desemprego aumentava e a economia entrava numa recessão.

Seguramente, esse tipo de problema acontecia devido à qualidade do ajuste, isto é, o Governo cortava os gastos onde não devia e, claro, atividades para as quais mais se faziam necessários cortes de despesa, continuavam perdulárias. Desta vez, parece que o corte se dará onde realmente precisa que é na "máquina administrativa".

Segundo o ministro, a meta de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) para 2011 de 5% não será comprometida com o ajuste no orçamento.

A QUALIDADE DO AJUSTE

O funcionamento da "máquina"

Eficácia do corte

Há analistas da economia do País que acreditam que no fim deste ano o valor retorne para o orçamento. Por isso, segundo eles, dificilmente a eficácia do corte surtirá algum efeito sobre os juros, já que ele é apenas nominal.

na" governamental é dispendioso para o bolso dos brasileiros. Esse corte de orçamento poderia ser muito maior, porque há muito espaço para redução de despesas. Pela lógica do corte, significa que o Governo estará destinando menos recursos para a execução das mesmas atividades. Por exemplo, um funcionário público federal que ganhava R\$10 mil para não fazer muita coisa, agora vai ter que fazer algo a mais.

Se o Governo gastava R\$100 mil para compra de material de expediente e mais R\$100 mil para produtos de limpeza, agora talvez tenha que gastar os mes-



Mantega garante que crescimento do PIB não será comprometido com corte

mos R\$100 mil para limpeza e expediente. Um detalhe importante no orçamento é a questão das mordomias existentes. Por que o Governo não leiloe os milhares de carros disponíveis, que servem apenas para atender às mordomias? Por que os deputados e senadores não cortam seus salários e benefícios

absurdos para favorecer a população como um todo? Cortes no orçamento dificilmente passam por essas vias. Bom, pelo menos não haverá cortes nos programas sociais. Os estímulos aos investimentos públicos e privados deverão continuar. Essas são áreas necessárias ao bom funcionamento da economia.

CORTE REDUZ JUROS?

O Banco Central do Brasil eleva as taxas de juros para evitar a inflação. Na atual conjuntura, a ameaça de inflação tem sido causada pela crise dos alimentos, expansão do crédito na economia brasileira e o aumento da demanda como consequência do bom crescimento da economia. Além disso, os gastos do Governo também estimulam a inflação. É por isso que o ministro afirmou que esse corte será importante para a redução dos juros. Vejamos, de forma mais simples, se isso realmente pode acontecer. O Governo financia seus gastos por meio da arrecadação de tributos, pelo saldo da balança comercial (exportação menos importação) e pelo saldo da poupança privada. Esta última não faz tanta diferença, porque grande parte da poupança é utilizada para financiamento da casa própria. O saldo da balança comercial, por sua vez, não tem apresentado tão bons resultados devido à desvalorização dólar. Sobra o aumento da dívida por meio da emissão de títulos.

A DÍVIDA PÚBLICA

Se os juros básicos da economia estão elevados, o Governo precisa vender títulos pagando esses juros.

Do ponto de vista da captação de recursos para o Governo, é ótimo, mas a dívida pública aumenta e, com ela, os custos sociais.

Além disso, a emissão de títulos estimula a entrada de dólares, que se desvaloriza frente ao Real. Consequentemente, o dólar desvalorizado afeta as exportações brasileiras e aumentam as importações. O resultado é um saldo muito reduzido (ou mesmo negativo) na balança comercial.

Olado bom desse movimento é o aumento das importações, que ajudam no combate à inflação. O corte dos gastos, portanto, é de suma importância, porque diminui a necessidade do Governo em captar recursos por meio da emissão de títulos. O melhor dos mundos seria o Governo conseguir se financiar apenas com a arrecadação de tributos, mas para tanto, não pode pagar juros.

Criação de frente

Limite de receita para Simples Nacional pode aumentar 50%

Parlamentares querem desarquivar projeto que sugere mudanças de lei

BRASÍLIA (ABR) - Deputados e senadores se reunirão no próximo dia 23 para formar uma Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa (MPE) no Congresso Nacional, de acordo com o deputado Pepe Vargas (PT-RS). A primeira providência do grupo, segundo ele, será o desarquivamento do Projeto de Lei Complementar nº 591/10 que sugere mudanças na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

Uma das mudanças mais urgentes, no entender do deputado

gaúcho, é a que aumenta de R\$ 2,4 milhões para R\$ 3,6 milhões o teto da receita bruta das pequenas empresas para inclusão no Simples Nacional. A reivindicação foi unânime entre os parlamentares que discutiram a questão, quarta-feira passada (9), na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

Na ocasião, deputados e senadores definiram uma agenda para viabilizar a urgente aprovação do PLC 591/10, começando pelo requerimento à Mesa Di-

Busca rápida

*

Grupo vai facilitar o acordo com governo

O senador José Pimentel (PT-CE) afirmou que a Frente "é imprescindível" para fazer a interlocução entre o Legislativo, o Executivo e a sociedade, facilitando a aprovação do PLC 591/10 até o meio do ano.



Pepe Vargas anuncia para dia 23 primeira reunião da Frente Parlamentar

retora da Câmara para desarquivar o projeto, seguido de pedido de urgência para a votação da matéria. Paralelamente, os participantes da reunião colhem assinaturas a para formação da Frente Parlamentar da MPE.

Ex-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o senador Armando Monteiro Neto (PTB-PE) é um dos entusiastas para a formação do colegiado de parlamentares. Ele acha que o foco imediato do grupo deve ser a correção do teto de enquadramento das empresas no Simples Nacional. "É preciso que o assunto esteja inserido no núcleo do governo" e, se possível, no centro das discussões sobre reforma tributária, disse ele.

Ex-ministro da Previdência Social, no governo Lula, o senador José Pimentel (PT-CE) também participou do encontro.

Rodrigo Araújo

Harley em novo momento

A cúpula da Harley-Davidson concede amanhã, em São Paulo, entrevista coletiva para anunciar como funcionará sua nova operação comercial no Brasil. A partir deste ano, a própria montadora, que possui uma fábrica em Manaus, fará a comercialização das motos no País.

Por 15 anos o Grupo Izzo manteve a exclusividade de venda de motos e produtos Harley-Davidson no Brasil. No último dia 8 de fevereiro, o contrato entre as duas empresas foi cancelado após uma longa briga judicial. O contrato tinha vigência até 2015, mas a marca americana decidiu romper o acordo após receber inúmeras reclamações de clientes brasileiros. Outra justificativa apresentada durante o processo judicial foi o fato do Grupo Izzo vender outras marcas, como a italiana Ducati e a inglesa Triumph, dentro das lojas da Harley no Brasil.

Na coletiva de amanhã estarão presentes o vice-presidente da Harley para a América Latina Mark Van Genderen, o diretor Peter-Michael Kepler, o diretor-superintendente Longino Morawski, o diretor industrial da Harley no Brasil, Celso Ganeko (foto), e o gerente de marketing, produto e RP da Harley do Brasil Júlio Vitti.

Exemplo A direção da CCE criou uma Comissão Interna de Combate à Dengue. O grupo está organizando a pulverização de todas as dependências das cinco fábricas da CCE no PIM. Também serão fixados cartazes conscientizando os funcionários sobre a importância de evitar a proliferação do *Aedes aegypti*.

Briga contra 'gente grande'

Queridinho dos investidores internacionais nos últimos tempos, o Brasil tem seu posto ameaçado por países desenvolvidos – aqueles que sofreram muito mais com a crise. Desde o início do ano, mercados emergentes como o brasileiro perdem dinheiro para os chamados mercados maduros. Motivo: a melhora das perspectivas de crescimento para países como Estados Unidos e Alemanha e a provável alta dos juros na zona do Euro e na Inglaterra ainda em 2011.

Mas não é só isso. O risco de superaquecimento em economias como a brasileira e a chinesa, as altas dos juros para conter a inflação nessas e em outras nações em desenvolvimento, a crise no Egito e incertezas em relação ao novo governo brasileiro deixaram investidores com o pé atrás. “As virtudes brasileiras foram exageradamente elogiadas nos últimos anos e as limitações do país, pouco enxergadas”, afirma Paulo Bilyk, sócio da Rio Bravo Investimentos.

Nem todos os analistas são tão ácidos. “O que está havendo é um rebalanceamento (dos investimentos) no mundo, mas nada trágico”, pondera o diretor do banco de investimentos do Credit Suisse no Brasil, José Olympio Pereira. Um dos principais executivos do país na área de abertura de capital (IPOs, na sigla em inglês), ele lembra que, apesar do cenário mais nublado, janeiro teve o maior volume de IPOs para o mês desde 2007.

“Pode ser que, no curto prazo, a tendência de migração para desenvolvidos seja dominante. Mas, considerando que os fundamentos de médio e longo prazos dos emergentes sejam melhores, a situação pode se inverter”, completa o diretor de Estratégia para América Latina do Deutsche Bank, Frederick Searby.

Briga contra 'gente grande' (continuação)

Números

Do início do ano até quinta-feira, o Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa) apresentava um dos piores desempenhos do mundo. Em dólares, perdia pouco mais de 7%, à frente apenas dos mercados das Filipinas, da Tailândia, da Índia e do Chile.

Na ponta oposta, encontravam-se indicadores de países desenvolvidos. O índice S&P 500, da Bolsa de Nova York, avançava pouco mais de 5%, percentual semelhante ao da bolsa eletrônica americana Nasdaq. Nos nove primeiros dias de fevereiro, o saldo de investimento estrangeiro na Bovespa estava negativo em R\$ 1,4 bilhão. No ano, as saídas superavam as entradas em R\$ 976 milhões.

Nas últimas quatro semanas, US\$ 11,5 bilhões deixaram fundos de investimentos de países emergentes – do Brasil, saíram US\$ 390 milhões e da China, US\$ 1,4 bilhão.

A maior parte da sangria ocorreu nos chamados fundos globais de emergentes, que mesclam ativos de todos os países inseridos nesse conceito. No mesmo período, os países desenvolvidos acumularam entrada líquida de US\$ 21,4 bilhões – os EUA lideram o movimento, com aportes US\$ 14,3 bilhões superiores aos saques.

Zona Franca

70 empresas têm prazo de implantação vencendo

AMAZONAS 6 | Cerca de 70 projetos, aprovados pela Suframa em 2008, têm até o fim de 2011 para ser instalados no Polo Industrial de Manaus (PIM) ou perderão o prazo para os benefícios aprovados pelo Conselho de Administração da Suframa (CAS).

Ações de improbidade contra Flávia Grosso

O Ministério Público Federal (MPF) no Amazonas ingressou com uma ação por improbidade administrativa e enriquecimento ilícito contra a superintendente da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), Flávia Grosso, o superintendente adjunto de Administração da Suframa, Plínio Ivan Pessoa, e contra o presidente do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas (Cieam), Maurício Loureiro. A informação consta no site do Tribunal de Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), o www.trf1.jus.br.

Em outra ação, o MPF processa Flávia Grosso e outros cinco dirigentes da Suframa por improbidade administrativa em decorrência de ilegalidade em licitações realizadas nos anos de 2002, 2004, 2006, 2008 e 2009, para a promoção da Feira Internacional da Amazônia, evento que, segundo o site oficial da Suframa, tem o objetivo de promover potenciais econômicos da Região Norte.

A ação que inclui o Cieam tem como base o convênio no valor de R\$ 21,3 milhões firmado entre o Centro das In-

dústrias e a Suframa em 2007 para realizar obras de tapa-buracos no Distrito Industrial de Manaus. As obras nunca foram realizadas e em 2008 o Tribunal de Contas da União (TCU) mandou suspender o serviço por conta de irregularidades encontradas no convênio.

Nessa ação, também constam como réus o proprietário da construtora Mosaico, Jorge Sotto Mayor Fernandes Filho, empresa contratada para a realização das obras de tapa-buracos, e Armando Rubens Medeiros Lima. Ano passado, a assessoria de im-

prensa da Superintendência da Zona Franca informou que aguardava posicionamento do TCU sobre a responsabilidade das obras e de sua posterior manutenção.

Inquérito

Antes de entrar com a ação de irregularidades em licitações de serviços e produtos para a Feira Internacional, o MPF instaurou um inquérito civil para apurar o caso em fevereiro do ano passado, segundo informações do site da Procuradoria Geral da República no Amazonas.

No processo que trata das licitações, também estão sendo processados o superintendente adjunto de Administração da Suframa, Plínio Ivan Pessoa, os procuradores da Suframa, Fernando Nunes da Frota, Eduardo Bonates Lima, Jorge Ulisses Jacoby Fernandes e a coordenadora administrativa do órgão Margarida Maria Queiroz.

A reportagem entrou em contato com a assessoria de imprensa da Suframa e foi informada que o órgão só irá se manifestar sobre o assunto hoje.

Setenta projetos podem ficar sem incentivos até fim do ano

Beatriz Gomes
Da Redação
Manaus, Amazonas

Cerca de 70 projetos aprovados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) em 2008, têm até o fim de 2011 para se instalarem no Polo Industrial de Manaus (PIM) ou perderão o prazo para os benefícios aprovados pelo Conselho de Administração da Suframa (CAS). Em 2008, o CAS aprovou 109 projetos de implantação e apenas 37 foram efetivamente implantados.

A autarquia informou por nota que o prazo para início de produção dos projetos é de três anos, mas o projeto industrial só recebe os benefícios fiscais quando a indústria começa a produzir. "Caso não ocorra a produção nesse período, os incentivos serão cancelados automaticamente e a empresa terá que aprovar novo projeto econômico no CAS", explicou a nota da superintendência.

Para a Suframa, o número baixo de implantação dos projetos aprovados em 2008 ocorreu, principalmente, em decorrência da crise econômica internacional deflagrada a partir de outubro de 2008 e que prejudicou também em boa parte a consolidação de

investimentos em 2009. A expectativa da autarquia é que com a economia mundial mais estável, o número de projetos efetivamente implantados seja maior em 2011.

Dos 78 projetos de implantação aprovados em 2009, apenas 16 foram implantados até agora. Dos 104 projetos aprovados em 2010, 13 já estão instalados no PIM. A Suframa explica, ainda, que à autarquia compete apenas a análise dos projetos econômicos e o encaminhamento para aprovação do CAS. "Portanto, não há participação na decisão das empresas de quando irão implantar os empreendimentos", informa a nota.

Entre os projetos que tiveram destaque nas reuniões do CAS de 2008 mas que ainda não se instalaram estão um para transporte de cargas e passageiros, da Expresso Ocidental Logística Integrada, com investimento total de US\$ 31,9 milhões e US\$ 16,4

Caso não ocorra a produção nesse período, os incentivos serão cancelados automaticamente.



Conselho de Administração da Suframa aprovou os projetos que podem obter incentivos fiscais se forem implantados até este ano / Foto: Jair Araújo

milhões de investimento fixo; da Sadia S/A, para armazenagem e comercialização de alimentos, com investimento total de US\$ 11,5 milhões e fixo de US\$ 7,3 milhões e da Kompac Serviços de Engenharia e Desenvolvimento, para incineração de resíduos, com investimento total de US\$ 2,6 milhões e fixo de US\$ 2,2 milhões.

Regionais

Também há projetos que visavam a utilização de matéria-prima originária da biodiversidade amazônica, como os da Caiary Agro Industrial Ltda., para produção de palmito industrializado, no mu-

nícipio de Borba e o da Nutriamazon Alimentos, para produção de alimentação de animais, que seria instalado em Porto Velho (RO) além da Agrorisa que iria produzir guaraná em pó e óleo essencial de copaiba.

A primeira reunião do CAS de 2011 está prevista para 24 de fevereiro. A expectativa da Suframa é de que outros segmentos como alimentício e naval se fortaleçam e atraiam o interesse de investidores estrangeiros, além dos tradicionais Eletroeletrônico e de Duas Rodas.

Fale com o editor
redacao@diarioam.com.br

Setenta projetos podem ficar sem incentivos até fim do ano (continuação)

LG estuda abrir planta mundial no PIM

A sul-coreana LG Electronics anunciou que vai começar a produzir seus próprios módulos de televisão, um componente importante dos televisores com tela de cristal líquido (LCD), em três países, sendo a primeira fábrica no Brasil.

A companhia informou que também vai fabricar os módulos no México e na Polônia, países nos quais já tem fábricas de TV com LCD, buscando reduzir custos e tirar proveito de isenções tributárias locais, segundo a agência Dow Jones.

Atualmente, a LG Display é a principal fornecedora de módulos de televisão da LG Electronics. Ambas são subsidiárias do LG Group, quarto maior conglomerado

sul-coreano em ativos. A LG Display tem três fábricas de módulos de TV na Coreia do Sul, na Polônia e na China.

A empresa não revelou o volume de investimentos para as unidades planejadas. Em Manaus, onde a LG Electronics opera uma fábrica de TV de LCD, o imposto sobre os módulos de TV importados é de 18%, mas a alíquota sobre os módulos montados nas fábricas locais é bem menor, disse a empresa. "É por isso que a companhia decidiu fazer incursões no Brasil para construir sua primeira fábrica global de módulos", informou a porta-voz da LG Electronics, Seye Im.



Unidade em Manaus já produz linha de televisores LCD / Foto: Raimundo Valentin

Mercado interno leva micros a investirem mais

O otimismo em relação à manutenção do mercado interno brasileiro aquecido em 2011 e o acesso ao crédito direcionado estão incentivando as micro, pequenas e médias empresas a ampliar os investimentos.

No ano passado, por exemplo, este segmento buscou R\$ 45,6 bilhões em empréstimos no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Este valor foi quase o dobro do volume demandando em 2009.

Enquanto os desembolsos do BNDES para grandes empresas cresceram menos de 10% em 2010, o volume emprestado às pequenas saltou 96% em relação a 2009, ano em que o segmento havia crescido 9%.

Do total emprestado pelo banco estatal de fomento para empresas com fatura-

mento de até R\$ 90 milhões anuais em 2010, quase R\$ 30 bilhões foram para financiar máquinas, equipamentos e veículos comerciais.

A cifra é 122% superior à de 2009 e reflete a disposição dos empreendedores de produzir mais, já que o banco responde por 70% do crédito de longo prazo no País.

Na área agrícola, o financiamento de maquinário para pequenos produtores atingiu R\$ 5,2 bilhões, o dobro de 2009.

Mais ligados ao consumo interno, os pequenos empreendedores podem reduzir pressões inflacionárias ampliando a oferta de produtos e serviços.

São cerca de 6 milhões de negócios, com força no varejo e indústrias como as de confecções e de alimentos.